

VILA DE PICINGUABA: O CASO DE UMA COMUNIDADE CAIÇARA NO INTERIOR DE UMA ÁREA PROTEGIDA ¹

L. P. VIANNA ²
M. C. W. BRITO ³

RESUMO

A Vila de Picinguaba no município de Ubatuba, Estado de São Paulo, está desde 1979 situada no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, no denominado Núcleo Picinguaba. Este Núcleo tem aproximadamente 8.000 ha e é a única região do parque que chega até o mar. Originalmente, a vila era de pescadores artesanais, que detêm características culturais específicas. Nos últimos 15 anos, houve um processo de crescimento e transformação desta vila, o que vem descaracterizando a cultura local, ameaçando os objetivos de implantação do parque e degenerando a qualidade de vida de seus habitantes. Como retrato desta situação, temos hoje que 51,9% das edificações domiciliares são de propriedade de turistas. Para que houvesse uma discussão conjunta, entre a população habitante da vila e o Instituto Florestal, das propostas de manejo para a área foram realizados dois diagnósticos (ambiental e de ocupação) e o seminário: "Vila de Picinguaba: Propostas para seu desenvolvimento e preservação" O trabalho aqui apresentado visa apontar as possibilidades de manejo desta área, considerando as finalidades conservacionistas de um parque estadual e a importância de se possibilitar a expressão de aspectos culturais tradicionais, ainda existentes no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Áreas protegidas, tradição/mudança, diversidade cultural, planejamento, participação, crescimento ocupacional.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de unidades de conservação do Brasil vem sendo constituído desde os anos 30 (criação do Parque Nacional de Itatiaia - 1939). O estado de São Paulo é o estado da federação que mais avançou em seu sistema próprio. Porém, assim como o sistema nacional, o sistema do estado não contempla, na legislação e manejo destas unidades, a realidade da ocupação humana no interior dos seus limites.

São 16 os parques estaduais no Estado de São Paulo. Deste total, 6 unidades (37,5%), representando 85% do território das áreas protegidas sob legislação de

ABSTRACT

The Picinguaba village, at the Ubatuba municipality, São Paulo State, is located within the Serra do Mar State Park, at the so called Núcleo Picinguaba, since 1979. This Núcleo has approximately 8.000 ha and is the only region of the Park which reaches the ocean tide zone.

Originally the village was composed only by handcraft fishermen who have specific cultural characteristics. In the last 15 years there has been a transformation process at this village which is modifying the local culture, is threatening the Park's objectives and is degenerating the inhabitant's quality of life. As a reflex of this situation, one finds today that 51,9% of the house buildings are owned by tourists. To a joint discussion over the area management proposals, among the villagers inhabitants and the Forestry Institute, the Picinguaba Team worked on two analysis: an environmental, and a settlement one and held the seminary: "Picinguaba Village: Development and Conservation Proposals". This paper aims to point out the area management possibilities, facing the conservation finalities of a State Park and the importance of assuring the expressions of the remainder differentiated cultural aspects of traditional communities at the State of São Paulo.

Key words: Protected areas, tradition/change, cultural diversity, planning, participation, settlements development.

parques, têm ocupação humana (FONSECA et alii, 1990.)

A questão da ocupação humana no interior de unidades de conservação é uma discussão de certa forma recente, porém, com reconhecimento internacional. Hoje em dia, já se considera a possibilidade de permanência de população humana no interior das unidades de conservação, em função de experiências, estudos de casos e novos conceitos em preservação e conservação.

Por ser uma discussão recente, as soluções para a questão não poderiam ser definitivas e cada caso deve merecer tratamento individualizado. Propostas e caminhos de atuação são o grande desafio.

(1) Este trabalho tem como base os trabalhos desenvolvidos na Vila de Picinguaba pela equipe técnica do Núcleo Picinguaba - P.E.S.M., no ano de 1991.

(2) Instituto Florestal / Depto. de Antropologia, USP.

(3) Instituto Florestal/Pró-Reitoria de Pesquisas da USP.

Tratamos aqui especificamente do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), criado em 1977, cuja área de 309 mil ha engloba o Núcleo Picinguaba (anexado ao PESM em 1979), com área aproximada de 10.000 ha.

No Núcleo Picinguaba do PESM, existem 5 aglomerados humanos, geograficamente dispersos entre si, com características sócio-culturais específicas (SMA, 1990). A Vila de Picinguaba é, dentre estes aglomerados, a mais adensada. Originalmente, a vila tem características caiçaras. Em 1983, visando garantir a manutenção das características culturais do que se considerava à época um dos últimos redutos caiçaras do litoral paulista, o CONDEPHAAT aplicou o instrumento de preservação denominado "Tombamento" na vila (Proc. nº 20.130/76 de "Tombamento dos Aglomerados Humanos ou Unidade de Habitação de Picinguaba, Ubatuba").

A área de estudo pode ser descrita como uma bacia hidrográfica voltada para oeste, esculpida no maciço serrano local. A praia de Picinguaba é característica do litoral norte do Estado de São Paulo, onde pequenas planícies litorâneas são rapidamente sucedidas pelas escarpas da Serra do Mar propriamente ditas. As encostas da bacia hidrográfica da Vila de Picinguaba apresentam-se bastante íngremes, com perfis predominantemente côncavos a retilíneos. O contato destas encostas com a planície de sedimentação flúvio-marinha é anguloso.

Tal característica geomorfológica constituiu um sítio naturalmente restrito à ocupação humana, que expropiou-se pela incipiente planície de sedimentação e nos patamares subseqüentes a montante desta. A ocupação humana historicamente atuou sobre a vegetação natural, que hoje pode ser descrita como um mosaico em diversos estádios de regeneração.

Nos últimos 15 anos, houve um processo de crescimento e transformação da Vila de Picinguaba, o que vem descaracterizando a cultura local, ameaçando os objetivos de implantação do parque, degenerando a qualidade de vida de seus habitantes e acarretando conflitos com a legislação ambiental vigente. Este crescimento tem apresentado tendências de desenvolvimento urbano não planejado

1.1 Diversidade cultural

Caiçara, originalmente, é um termo utilizado no Estado de São Paulo para designar pescadores artesanais. Na verdade, os próprios pescadores se auto-identificam culturalmente como caiçaras. O termo engloba arquitetura e ocupação espacial, organização sócio-econômica e cultural, formas específicas de apropriação dos recursos (via pesca, agricultura ou extrativismo), calendário e linguagem próprias. Esta forma diferenciada de sobrevivência possibilita uma economia de auto-suficiência, que, por sua vez, garante a reprodução do sistema familiar.

O território caiçara é composto pela terra e pelo mar. A terra é ocupada como espaço de agricultura, de moradia e de lazer e é onde as relações familiares se expressam mais intensamente, através da distribuição

de tarefas. O espaço agrícola é ocupado através do uso do fogo e da rotação de culturas a longo prazo, o que cria no ecossistema natural mosaicos sucessionais de vegetação que podem até vir a contribuir com a diversidade biológica do meio.

Pelo mar, o caiçara realiza seu transporte, sua comunicação com os outros habitantes locais e através da pesca ele retira parte de sua alimentação.

A pesca artesanal predominou na Vila de Picinguaba até a década de 60, quando esta estava entre os maiores centros produtores de pescado da região. A pesca artesanal era praticada através do cerco e do arrasto de praia, além de coleta de crustáceos e moluscos em estuários e nos rios da Fazenda e Picinguaba (ANGELO, 1990).

A pesca industrial e o rompimento do isolamento desta comunidade, a partir da construção da rodovia BR 101, foram os principais desarticuladores da pesca artesanal.

A Vila de Picinguaba exemplifica o descompasso que há entre a realidade e a legislação ambiental vigente. O respeito aos direitos legais desta população e a valorização da diversidade cultural como forma de contribuir com a manutenção da diversidade biológica da área protegida devem parametrar os objetivos de implantação do parque.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Metodologia

Para viabilizar soluções para o manejo da área, foram realizados os seguintes trabalhos, que consideraram como universo de análise a área do anfiteatro da Vila de Picinguaba e arredores da estrada UBT 385 (que liga a BR 101 a Vila de Picinguaba):

a) O Seminário "Vila de Picinguaba: Propostas para seu desenvolvimento e preservação": Seu objetivo foi o de discutir propostas para o manejo da vila através da participação direta da população na viabilização de soluções, resgatando nos moradores atitudes que possibilitem serem eles próprios os defensores do meio que os circunda. Com este fim foram apontados os prejuízos ambientais e culturais que seus moradores já vêm sofrendo devido a um crescimento desordenado.

Foram articuladas instituições que desenvolviam trabalhos na área, que apresentaram palestras versando sobre temas como: meio ambiente, saúde, cultura popular, pesca e legislação, cabendo à equipe técnica do Núcleo discorrer sobre a análise do crescimento da vila em termos da ocupação e das edificações.

b) Diagnóstico ambiental da área: Seu objetivo foi analisar a área da vila como uma zona especial dentro do Núcleo. Foram detectados os vetores de crescimento espacial das edificações, as formas de ocupação nos diversos segmentos de relevo e os impactos atuais e futuros desta ocupação.

Para isto, foi elaborada a Carta de Legislação Ambiental, que especializou sobre a vila os diversos

zoneamentos e restrições do uso do solo (excetuando-se as determinações do Decreto Estadual no. 25.341/86 - Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas).

Foi analisado o uso atual do solo relativamente à morfologia, à disponibilidade de captação de água, às áreas reservadas à agricultura e às manchas significativas de formações vegetais. As fotos aéreas utilizadas para este fim (as mais recentes disponíveis), foram atualizadas com checagens de campo e material fotográfico recente. Por fim, foram vistoriados os principais cursos d'água da bacia da vila (Relatório das cabeceiras), para se verificar a quantidade de água disponível, potabilidade, estado da vegetação ciliar, etc.

c) Diagnóstico de ocupação da área: O objetivo foi formar o perfil da população moradora da vila, apontando seu número, suas atividades econômicas, as edificações existentes (número, função, propriedade, arquitetura, etc.) e as tendências de seu crescimento através da comparação de dados secundários.

Para o diagnóstico, foi realizado um levantamento bibliográfico e pesquisa histórica. Foram montados dois questionários fechados, na forma de um cadastro, que permitiram o conhecimento quantitativo e qualitativo mínimo da população-alvo, no tempo disponível: um referente às moradias e outro referente à população economicamente ativa. Os questionários foram montados a partir das percepções locais prévias. O universo referencial utilizado para cada um dos questionários foi contemplado em sua totalidade e não amostralmente: os questionários levantaram todas as edificações onde houvesse algum tipo de ocupação domiciliar e toda a população fixa economicamente ativa.

Paralelamente aos questionários, foi utilizado um caderno de campo, onde se anotaram as contradições de respostas e comportamentos, situações peculiares, informações das relações políticas e sociais do local, temas, conceitos e informações interessantes a serem levantadas posteriormente.

Foram elaboradas tabelas e planilhas com os dados sistematizados, das quais foram realizadas as análises a partir dos cruzamentos de variáveis propostas.

Também foi realizado em campo um croqui de todas as edificações existentes na vila, bem como as trilhas e ruas. Foram diferenciadas a função, arquitetura, material, propriedade e estado das edificações existentes.

A partir deste croqui foram elaborados dois mapas: o primeiro contém todas as informações observadas em campo à época do levantamento (1991) e o segundo aponta a evolução da ocupação através da comparação entre as edificações de 1991 e as edificações plotadas em 1977 pela Topotécnica (levantamento planialtimétrico, em escala 1:1000, encomendado pelo CONDEPHAAT em 1977). Por serem produto de um croqui as construções indicadas nos mapas não representam a localização exata ou formas e dimensões das mesmas em campo.

2.2 Material

a) Seminários: Trabalhos de outros órgãos na área que pudessem contribuir para a discussão, como "A comunidade do Núcleo Picinguaba no diagnóstico da região de governo e no PACI-LN" (Sec. de Economia e Planejamento); "Cultura Popular" (FUNDART); "Qualidade das águas da Vila de Picinguaba" (Inst. de Ciências Biomédicas-USP); "Saúde na Vila de Picinguaba" (Sec. de Saúde); e "Carta geotécnica de Ubatuba" (IPT).

b) Diagnóstico ambiental: Na elaboração da Carta de Legislação Ambiental foi plotada a legislação ambiental incidente sobre a vila - Lei Federal no 6.766 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano de 1979); Resolução nº 40 de 06/06/85 (Tombamento da Serra do Mar); Lei Federal nº 4.771 (Código Florestal); Lei Municipal nº 711/84, da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba (Plano Físico Diretor do Município de Ubatuba); e Lei nº 9.760, dos Bens Imóveis da União (Terrenos de Marinha). Foi utilizado como base o levantamento planialtimétrico da Topotécnica.

Na análise do uso do solo foram utilizadas fotografias aéreas pancromáticas de 1973 (escala 1:25.000, Obra 207, faixa 282 L, fotos 48075 a 48077); e de 1977 (escala 1:45.000, Obra 317, faixa 16 C, fotos 1851 e 1852; e escala 1:8.000, Obra 326, faixa 72, fotos 632 a 637).

Como fonte de referência na análise dos vetores de crescimento espacial das edificações da vila, foi utilizada a "Carta Geotécnica Vila de Picinguaba", 1990, escala 1:10.000, (Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT); os mapas "Vila de Picinguaba - situação março de 1991" e "Vila de Picinguaba - Processo de Evolução - carta comparativa 1977/1991", escala 1:1000, produzidos a partir do croqui (SMA, 1991); e o Relatório Ambiental preliminar da Vila de Picinguaba (RODRIGO DE CERQUEIRA NUNES, 1992).

c) Diagnóstico de ocupação: Bibliografia citada; dados do levantamento de ocupação da Vila de Picinguaba (SMA, 1991); levantamento planialtimétrico da Topotécnica (CONDEPHAAT, 1977); mapas "Vila de Picinguaba - situação de março de 1991" e "Vila de Picinguaba - Processo de Evolução - carta comparativa 1977/1991", escala 1:1000 (SMA, 1991).

3 RESULTADOS

Durante o seminário, os moradores puderam exercer seu direito à participação no planejamento, discussão e decisão das medidas que os afetam e afetarão direta ou indiretamente. O principal resultado foi a compreensão e concordância, por parte dos moradores e dos turistas/proprietários presentes (mais de 70 pessoas por dia), de que deve haver um planejamento e zoneamento da vila, dentro de um contexto de proteção ambiental, para que seu crescimento não prejudique nem os próprios moradores e nem o meio ambiente. Para encaminhar este planejamento formou-se uma comissão composta

por moradores, turistas, SMA e Prefeitura Municipal de Ubatuba.

Em relação ao diagnóstico ambiental, temos que 60% das edificações estão em locais irregulares e não edificantes (TABELA 1). Através da observação das fotografias aéreas percebeu-se que não estão sendo respeitadas, na localização das edificações, as normas básicas de ocupação com a faixa de vegetação protetora dos cursos d'água, das nascentes, feições morfológicas frágeis ou energizadoras de processos erosivos, como rupturas de declive, altas declividades, grotas, etc. Por exemplo, as igrejas, o posto de saúde e a antiga escola estão construídos na faixa de proteção de rio e nascente.

TABELA 1 - % do total de edificações nas categorias da carta de legislação ambiental de Picinguaba.

Categorias (declividade)	Total de Edificações
> 0 e < 25°	12%
entre 30% e > 0 e < 25°	10%
entre 0 e 30% *	30%
faixa de rio nascente	38%
faixa de marinha **	10%

(*) Parcelamento do solo permitido

(**) Construções somente com permissão da Marinha

Temos também que os cursos d'água têm tido sua perenibilidade comprometida, assim como poluídas suas águas.

Quanto ao Diagnóstico de ocupação temos como principais resultados:

- nº total de habitantes: 493. Deste total, 110 habitam a estrada UBT 385.

- nº total de famílias (estimado): 104

- nº total da população economicamente ativa: 189 (38,34% do total populacional).

- nº total da população economicamente ativa natural da Vila de Picinguaba: 101 (53,44% do total da população economicamente ativa).

As atividades econômicas atualmente desenvolvidas na vila são: pesca, serviços (comércio, construção civil, caseiros, empregadas domésticas), servidores públicos e agricultura. O setor de serviços é o que atualmente envolve mais pessoas na vila (110 pessoas - 45,5% do total das atividades econômicas principais da população economicamente ativa), entretanto, a pesca mantém-se ainda bastante significativa (93 pessoas - 39,7% do total das atividades econômicas principais da população economicamente ativa), denotando a importância cultural mantida por esta atividade.

A agricultura é praticada apenas por 9 pessoas (0,53% das atividades econômicas principais da população economicamente ativa), porém, a liberação de áreas do parque para o plantio é uma das maiores reivindicações da população.

Quanto às edificações temos que:

- nº total de edificações: 244
 - nº total de edificações de infra-estrutura de instituições públicas: 5 (TABELA 2).
 - nº total de edificações de infra-estrutura da iniciativa privada: 31 (TABELA 3).
 - nº total de edificações domiciliares: 204 (TABELA 4).
 - nº total de edificações abandonadas: 6 (TABELA 5).
- OBS: para cálculo do nº total de edificações, considerar o total de edificações de infra-estrutura da iniciativa privada igual a 29, pois 2 edificações foram computadas no total de edificações domiciliares, criando este erro incorporado.
- nº de domicílios com residentes fixos: 104 - 50,98% (TABELA 4).
 - nº de domicílios de uso ocasional: 100 - 49,02% (TABELA 4).
 - nº de domicílios de propriedade de moradores: 98 - 48,04% (TABELA 4).
 - nº de domicílios de propriedade de turistas: 106 - 51,96% (TABELA 4).

TABELA 2 - Infra-estrutura - instalações públicas

Posto de Saúde (@)	-	1
Igreja	-	3
Posto Telefônico (@)	-	1
Escola Pública	-	1
Ponto de ônibus (#)	-	1

Obs: Nº de serviços oferecidos: 5

Nº de edificações: 5

(@) Serviços que ocupam a mesma edificação

(#) Serviços que não estão sob edificações

TABELA 3 - Infra-estrutura - iniciativa privada

Mercearia (*)	-	1
Bar (*)	-	2
Hotel (*)	-	1
Estacionamento (#)	-	2
Área para constr. barcos (#)	-	1
Ranchos para pesca	-	13
Ranchos de barcos turistas	-	10
Casas de farinha ¹	-	2
Garagem de carro	-	1
Depósitos ²	-	5

Obs: Nº de serviços/inic.: 10

Nº de edificações : 31

(*) Edificações contabilizadas como domicílios

(#) Serviços que não estão sob edificações

(1) Uma das casas de farinha foi computada no total das edificações domiciliares, dentre os domicílios de propriedade de moradores

(2) Um dos depósitos foi computado no total das edificações domiciliares, dentre os domicílios de propriedade de turistas

TABELA 4 - Uso e propriedade de edificações domiciliares

Propriedade	Uso Ocasional	Uso fixo	Total
Turista	95	11	106
Morador	5	93	98
Total	100	104	204

TABELA 5 - Edificações domiciliares em obras

Propriedade	Nº Construções e/ou Ampliações
Turista	6
Morador	6
Abandonada	1
Total	13

A Vila de Picinguaba é o bairro da região que mais oferece serviços e infra-estrutura, sendo por isto mesma procurada pelos moradores dos bairros, vilas e aglomerados humanos próximos. Há iluminação elétrica, uma escola estadual (que funciona até a 4ª série primária), transporte público para Ubatuba (2 vezes por dia), posto de saúde (SUDS), telefone comunitário e coleta de lixo.

4 DISCUSSÃO

Na análise dos dados da TABELA 6, comparativa da evolução da ocupação da Vila de Picinguaba, verifica-se que houve um aumento do número de edificações domiciliares da ordem de 37,3% no período de 1977 a 1991. O período de crescimento mais acelerado foi aquele entre os anos de 1980 e 1986 (36,5%). É interessante notar que no período subsequente a taxa de crescimento diminuiu para 10%.

Segundo a mesma tabela, é possível verificar que o aumento do total de edificações domiciliares se deu desproporcionalmente entre turistas e moradores. As edificações domiciliares de turistas cresceram a uma taxa de 60,6% entre os anos de 1980 e 1991 e as de moradores cresceram apenas 18,5% no mesmo período. Reforçando esta análise, podemos verificar que a participação das edificações domiciliares dos turistas no total de edificações da vila vem aumentando em 17,9% para o período de 1980-1991, enquanto a participação dos domicílios dos moradores vem diminuindo na mesma proporção para o mesmo período.

O crescimento de edificações não reflete necessariamente um crescimento demográfico. Reflete, sim, um adensamento espacial da ocupação de uma população que manteve-se numericamente pouco alterada (TABELA 6).

TABELA 6 - Comparação da evolução da ocupação da vila de Picinguaba - exclui a estrada

	1977	1980	1986	1991
Igreja	3	3	3	3
Escola	0	1	1	1
Bar/Armazém	3	7	6	3
Hotel	1	1	1	1
Ranchos (morador/turista)	8	14	16	23
Depósito	1	s/inf.	1	5
Casas de farinha	s/inf.	2	s/inf.	2
Nº residências	113	103	162	180
Casas moradores	s/inf.	62	84	76
Casas turistas	s/inf.	41	78	104
Casas pau a pique	s/inf.	14	s/inf.	9
Construções	s/inf.	6	s/inf.	11
Casas abandonadas	s/inf.	17	s/inf.	6
População moradora	s/inf.	376	420	383

* estimada

O adensamento espacial da ocupação está relacionado à venda de terrenos e casas a turistas. Isto não foge à regra da história da região de Ubatuba que nas últimas décadas teve seu crescimento ligado basicamente à exploração comercial de sua aptidão turística, principalmente a partir da abertura da estrada BR 101 (Rio-Santos). Os danos citados demonstram que a vila pode ser caracterizada por um grande número de domicílios ocasionais.

A presença de uma população flutuante, concentrada em épocas de férias e feriados, acarreta um maior impacto na capacidade de suporte do meio ambiente local, cujas características geomorfológicas constituem um sítio naturalmente restrito à ocupação humana.

Historicamente, esta ocupação expropraiu-se pela incipiente planície de sedimentação e nos patamares subseqüentes a montante desta, onde foi possível, através da arquitetura local, uma ocupação adequada à morfologia. Os patamares estariam relacionados à existência de um depósito de tálus, naturalmente instável (IPT, 1990). O adensamento da ocupação, aliado às novas técnicas de arquitetura trazidas por turistas (presença de sobrados, por exemplo, TABELA 7), permitiu a ocupação de áreas de altas declividades, anteriormente preteridas por moradores. A execução de cortes e aterros, por exemplo, pode provocar escorregamentos e movimentações de solos nestas novas vertentes de crescimento.

Nas baixas encostas, onde se localiza a mancha urbana propriamente dita, a vegetação existente ocorre de forma esparsa, mas com uma importante função estabilizadora. Esta vegetação, associada à pouca impermeabilização do solo, permite a penetração das águas pluviais, mitigando os efeitos decorrentes do escoamento superficial, que desencadeia processos erosivos. O adensamento de edificações observado tende a provocar um efeito negativo na estabilidade do

TABELA 7 - Arquitetura das edificações domiciliares e abandonadas

Propriedade	Térreas		Sobrados	
	P. a pique	alv./mad.	alv./mad.	Total
Turista	2	96	8	106
Morador	6	90	2	98
Abandonada	2	3	0	5
Total	10	189	10	209

anfiteatro como um todo, pois retira indivíduos vegetais e impermeabiliza e compacta o solo, o que levará ao assoreamento dos córregos e à instabilidade nas baixas vertentes.

A presença de turistas trouxe consigo o valor mercantil da terra e conseqüentemente o cercamento das propriedades. O cercamento com muros traz conseqüências ambientais, como a interrupção do escoamento natural da água, concentrando seu fluxo e provocando encachoeiramento nas residências localizadas imediatamente abaixo (CONDEPHAAT, 1976). Este cercamento trouxe também conseqüências culturais, na medida em que desorganiza o espaço da malha urbana e provoca desavenças com os habitantes locais.

As transformações ocorridas na Vila de Picinguaba, nos últimos 15 anos, desestruturaram a comunidade tradicional local. Porém, são observáveis sinais de resistência da cultura caiçara: presença de casas de pau a pique e casas de duas águas em propriedade de moradores; representatividade da atividade pesqueira entre a população economicamente ativa e existência de pesca artesanal; manutenção de conhecimentos empíricos significativos do ambiente terrestre e aquático; existência e funcionamento de casas de farinha (seu número manteve-se inalterado desde 1980, TABELA 6).

5 CONCLUSÃO

"Picinguaba foi um sítio de povoamento tradicional de pescadores-agricultores que em três décadas perdeu o mar para a pesca industrial, a terra pela apropriação do turismo e mais recentemente vive a ambigüidade de ter sido considerada patrimônio histórico e ambiental da cultura caiçara" (ANGELO, 1990).

Sem entrar no mérito do direito do Estado em tornar patrimônio público um modo de vida - a cultura caiçara - (Processo de Tombamento), é perceptível que suas ações para a conservação da biodiversidade (criação do Parque Estadual) desaceleraram, mas não evitaram, o processo de desaparecimento deste mesmo modo de vida. Esta afirmação torna-se clara na análise dos dados, que demonstram que a diminuição do ritmo de crescimento total das edificações domiciliares da Vila de Picinguaba está relacionada à diminuição do ritmo de crescimento das edificações domiciliares dos moradores, a partir da época do início de funcionamento do

Núcleo Picinguaba (1986). Neste sentido, pode-se dizer que houve um controle do crescimento da vila por parte dos órgãos estatais, mas que o efeito desta ação parece ter sido mais eficaz sobre os moradores do que sobre os turistas.

Esta desaceleração do processo de desestruturação cultural, porém, se deve mais propriamente ao ritmo lento das ações do Estado em cumprir a legislação e ao congelamento da área (em função desta mesma legislação) e menos pelo entendimento de que a manutenção da diversidade cultural tem importância para a preservação da biodiversidade. "A desorganização das comunidades costeiras e sua cultura está levando, inexoravelmente, à redução da diversidade e riqueza biológica dos ecossistemas que serviam de base à sua cultura" (DIEGUES, 1988).

As grandes transformações ocorridas em relação à cultura caiçara devem-se à introdução de uma economia mercantilizada no setor pesqueiro, à mercantilização da terra e ao aumento da participação do setor de serviços nas atividades econômicas dos moradores (como caseiros, construção civil, etc.), conseqüência da especulação imobiliária, exploração turística e da omissão da legislação de parques estaduais frente à realidade de ocupação humana em seu interior. "O convívio mais recente entre a população local e a população flutuante tende a se acentuar a partir dos próximos anos, o que fatalmente virá a esmagar os resquícios da cultura local em face às influências externas que serão assimiladas, principalmente, pelos jovens" (ROCHA, 1980).

A política de conservação do Estado está diante de um impasse: sem condições de seguir à risca a legislação vigente, desconsidera a realidade das comunidades tradicionais. Estas em muitos casos garantiram a permanência do próprio objeto de conservação e podem inclusive comprometer esta conservação por sua dinâmica própria se não encaradas adequadamente nos processos de implantação da área protegida. "A conservação da diversidade biológica tem que ser concebida em parâmetros mais amplos de conservação da diversidade cultural" (DIEGUES, 1988).

Neste sentido, entendemos que as populações habitantes no interior de áreas protegidas devem ser consideradas nos manejos destas áreas. Propõe-se um zoneamento diferenciado, com critérios de ocupação e crescimento definidos a partir de parâmetros ambientais, considerando-se a autodeterminação da população e sua dinâmica. Isto implica em um novo conceito de gerenciamento, a ser definido, que não pressupõe apenas a fiscalização, mas o envolvimento efetivo da população. "As medidas de proteção ambiental criadas para a Vila de Picinguaba se confundem na cabeça dos moradores. Evidentemente foram decididas sem a participação dos mesmos. Mais grave ainda, foram elaboradas sem considerar as especificidades do modo de vida caiçara" (ANGELO, 1990).

Em relação à Vila de Picinguaba as propostas preliminares são:

Resolução da questão fundiária e criação de garantias legais de ocupação para a população atual e futura

(observados os critérios de permanência a serem definidos).

Definição do ritmo de crescimento a curto, médio e longo prazos.

Delimitação das áreas de crescimento (em relação à situação fundiária e à legislação ambiental), definindo zonas de uso especial.

Estudo da demanda turística atual e sua projeção, avaliando sua participação na economia local e definindo a adequação quantitativa e qualitativa dos serviços a serem oferecidos.

Estudo da capacidade de suporte do ambiente local, principalmente no que se refere ao abastecimento de água.

Efetivação do funcionamento da comissão formada no seminário e

Valorização da cultura local, respeitando a auto determinação da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELO, S., 1990. Picinguaba: Três décadas numa Vila de pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo. In: *8º Encontro Nacional de Geógrafos*, Salvador, BA, julho de 1990. Anais (no prelo).
- CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO (CONDEPHAAT), 1976. Tombamento de aglomerados urbanos e unidades de vizinhanças primitivas do litoral paulista, *Processo nº 20.126/76*, SP, Secretaria da Cultura.
- CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO (—————), 1976. Tombamento dos aglomerados humanos de habitação de Picinguaba, Ubatuba. *Processo nº 20.103/76*, SP. Secretaria do Estado da Cultura.
- DIEGUES, A. C., 1988. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras* - mimeo. Doc. apresentado na 4ª Conferência da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. São José, Costa Rica.
- FONSECA, F. P.; VIANNA, L. P. & BRITO, M. C. W. de., 1990. População e Manejo nos Parques Estaduais Paulistas. In: *8º Encontro Nacional de Geógrafos*, Salvador, BA, julho de 1990. Anais (no prelo).
- MORAN, E. F., 1990. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Rio de Janeiro, Vozes, 367 p.
- MUSSOLINI, G., 1980. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1(2).
- ROCHA, GILMAR R. da, 1980. Uso do Solo na Vila de Picinguaba - Ubatuba. *T. G. I.*, F. A. U. Brás Cubas, Mogi das Cruzes, SP.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1990. Dossiê Picinguaba. *Relatório interno*. Departamento de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal, elaborado por BRITO, M. C. W. de & VIANNA, L. P., São Paulo.
- SIQUEIRA, A. D. & VIANNA, L. P., 1991. Ocupantes em Unidades de Conservação: O caso de Despraiado - EEJI. In: *1º Seminário de Desenvolvimento Sustentado*, São Paulo, SP, outubro de 1989. Anais.